

Devolução dos onze dias e dos 40%

José Carlos de Azevedo

As pinturas satíricas e críticas fizeram William Hogarth (1697-1764) extremamente popular, mas, apesar de ter sido ele o primeiro pintor inglês de renome internacional, não teve em vida o reconhecimento merecido. É de sua autoria um quadro que poderá ter muito a ver com o lançamento do real, moeda de nome igual ao da que circulou no século XVI e substituída por florim, pataca, escudo, cruzadinho, dobrão, reale, escudete, macuta, vintém, real (de novo), cruzado, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado e cruzado novo.

O quadro retrata as desordens havidas na Inglaterra em 1752, quando adotaram o calendário Gregoriano, quase dois séculos após o papa Gregório XII ter transformado o dia 5 de outubro de 1582 em 15 do mesmo mês e corrigido o calendário Juliano. Havia então a delasagem de onze dias, uma enormidade no hemisfério norte, onde são curtos os períodos de colheita e semeadura

— e não plantar na ocasião certa pode significar morrer por inanição. Quando o edito do Parlamento subtraiu os onze dias e adotou o novo calendário, a população irrompeu em desordens, exigindo: "Devolvam nossos onze dias". Muitos temem o consumo que podera advir com a chegada do real e a queda dos rendimentos mensais, juntamente com a da inflação, de uns 50% para quase zero. Na Inglaterra, a maioria não entendeu por que subtraíram os onze dias, surgindo daí o vasto quebra-quebra. Para eles, isso não é coisa simples e há até economista que acredita que influenciar nomes de moedas e cortar zeros, como se medir uma pessoa em metros, quilômetros ou pés lhe alterasse a altura.

A inflação brasileira só permanecerá em níveis civilizados quando corrigirem nossas imensas disparidades culturais, coisa que muitos congressistas não conseguem compreender, a julgar pela incólume Constituição de 1988, dita Cidadã, ou Felicidade. Aliás, causou perplexidade

nos EUA o artigo publicado no *Journal of Commerce*, de 19.3.94, sobre o desastre educacional brasileiro, baseado em estudo da FGV do qual extraio dados relativos aos alunos das universidades públicas paulistas, que também não pagam um centavo para estudar: 72,24% moram em casa própria; 43,31% possuem carro e renda familiar superior a 30 salários mínimos; 69% têm caderneta de poupança; 35% têm cheque especial; 25% têm cartão de crédito; 17% têm aplicações financeiras; e 31% têm imóveis alugados.

Algo aproximadamente igual ocorre nas outras universidades públicas, que também vivem em greve, abrigam menos de 13 dos alunos de nível superior, custam um horror (cerca de 3% do PIB) e nelas a relação professor/aluno é das mais altas do mundo; em relação ao PIB, o Brasil gasta mais em educação que o Japão e a Coreia, e quase tudo vai para o ensino superior. Mas há dez milhões de crianças fora da escola, o analfabetismo entre as crianças

de sete a 14 anos de idade é alarmante e cerca de 13 dos alunos das faculdades particulares, que ganham menos de três salários mínimos, tranca matrícula por falta de recursos. Processa-se assim no Brasil uma vergonhosa e despidoradíssima transferência de recursos dos pobres para os ricos, apesar de ignorantes, demagogos e aproveitadores insistirem na gratuidade indiscriminada do ensino público.

Em época de eleição, é cômico, para não dizer triste e ridículo, o blablablá dos que pleiteiam cargos públicos sem nada terem feito para credenciá-los a qualquer função, tema para analisar em outra ocasião. Há uma luz no fim do túnel, pois o Governo acaba de descer uma paulada em diretores de estatais, levando a supor que fará o mesmo nessas estatais universitárias, o maior ralo que há para jogar fora o dinheiro público.

■ José Carlos de Almeida Azevedo, ex-reitor da Universidade de Brasília, é PhD em Física pelo MIT.